

3549

1955.

# RESERVAS NATURAIS DE MOÇAMBIQUE

PELO

ENGENHEIRO A. GOMES E SOUSA

Em 1933 realizou-se em Londres a Conferência da Protecção da Fauna e Flora Africanas, na qual Portugal se fez representar por dois professores universitários. Portugal assumiu todos os compromissos estabelecidos nessa Conferência, dos quais os mais importantes eram a promulgação de regulamentos de caça assentes nas normas da protecção da fauna e a criação de reservas naturais, tanto parciais como integrais.

Em 1948, a comissão internacional encarregada de velar pelo cumprimento das normas estabelecidas nessa Conferência deu balanço aos trabalhos realizados pelos países signatários no campo da protecção da natureza. Nessa ocasião o Governo de Moçambique nomeou uma comissão para estudar este assunto e propor a criação do serviço respectivo, pois que o novo regulamento de caça se encontrava já em poder do Conselho de Governo para estudo.

Constituída essa comissão em princípios de 1949, logo em Julho seguinte apresentava um projecto de organização do serviço de protecção da natureza composto de cento e oitenta artigos e um prefácio. A comissão era composta pela Dr.<sup>a</sup> Maria Corinta Ferreira, representante do Museu Dr. Alvaro de Castro; engenheiro Madeira Leitão, representante da Comissão de Caça; engenheiro Alfaro Cardoso, representante da Repartição Técnica de Agricultura; Dr. F. A. Pires, representante da Repartição Técnica de Veterinária e da Missão de Combate às Tripanossomíases; engenheiro Mário Myre, como botânico, e o autor desta notícia, como cultor deste género de trabalhos, e que serviu de presidente.

Pelo projecto apresentado, era proposta a criação imediata de algumas reservas naturais e de um serviço de protecção da natureza. Por essa época

foi criado o Parque Nacional da Gorongosa, devido à iniciativa do actual Governador-Geral, Sr. Comandante Gabriel Teixeira. Foi este o passo mais importante dado até à data em Moçambique no campo da protecção da fauna. O Parque da Gorongosa, hoje um dos mais afamados da África, necessita de ser ampliado de modo a abranger os montes da Gorongosa e completado como reserva integral, rigorosamente defendida das depredações do homem.

Todos os países civilizados e domínios ultramarinos mais adiantados possuem os seus parques nacionais, alguns dos quais de fama mundial. Certos países possuem mesmo serviços de protecção da natureza, com organização própria, independentes de qualquer serviço de carácter técnico. Nos meios mais atrasados confunde-se a protecção da natureza, que é ciência pura, com a organização técnica, que é ciência aplicada. Nesses meios a ciência pura e a ciência aplicada excluem-se, ou antes, só a ciência aplicada prevalece. Na América do Norte, por exemplo, os parques nacionais constituíam ao princípio uma dependência do Departamento de Florestas, mas por fim reconheceu-se que havia toda a vantagem na separação dos dois serviços, e assim se criou o National Park Service, o qual abrange também os museus de história natural e os lugares históricos. A inclusão dos museus no serviço de parques nacionais é lógica, visto que um parque ou reserva natural constitui um museu vivo, além de que muitos parques possuem também o seu museu privativo de história natural.

Na África do Sul a entidade que superintende nas reservas naturais é o National Park Board of Trustees, o qual é administrado por um conselho científico composto de um presidente, um vice-presidente e sete membros, todos escolhidos pelo Governo de entre as pessoas mais competentes neste ramo de estudos.

A propósito, seja-me permitido transcrever as seguintes palavras do meu estudo intitulado *Parques Nacionais*, feito em 1937 e que ainda me parece terem actualidade:

Não podemos entregar os parques histórico-naturais aos cuidados das classes técnicas — agrónomos, veterinários e silvicultores. A missão dessas classes é diferente, diremos mesmo oposta: transformar as riquezas naturais em organismos de carácter económico. A missão do naturalista, bem como a do artista que, inevitavelmente, acorre a esses lugares, qualquer que seja a sua expressão — a forma, a cor ou o som —, é toda de pureza e respeito à vida natural, tão alheia aos objectivos económicos que se pode considerar sempre em desacordo com a do técnico. Defeitos de educação científica, sem dúvida, mas é assim, dum modo geral [...]. Apesar de a silvicultura ser a «arte de imitar a natureza», segundo uma sua poética definição, o silvicultor, guiado de ordinário por conceitos económicos, procuraria transformar a floresta espontânea em povoamento ordenado ou, pelo menos, introduzir novas essências mais úteis ou mais belas ou abater as árvores que lhe parecessem indignas de figurar no povoamento. Por seu lado, o agrónomo reservaria os melhores terrenos para as culturas e deixaria a floresta espontânea — «o mato» — a revestir somente os sítios menos acessíveis ou mais áridos, tudo isso acrescido da utilização para lenha das árvores e arbustos de menor valor que restassem; o veterinário ocupar-se-ia de preferência da utilização do trabalho dos mamíferos selvagens de maior corpulência ou dos seus produtos, acabando por transformar a relíquia natural num parque de domesticação.

Num parque de domesticação ou numa coutada de caça, poderei ainda acrescentar.

A interferência das classes técnicas acima mencionadas na direcção dos trabalhos de protecção da natureza tem conduzido apenas à constituição de reservas de caça em Angola e Moçambique, mas isso é uma parte apenas da grande obra a realizar nesse campo. A ciência moderna exige mais: a protecção inteira dos diferentes ramos da história natural de determinadas áreas, a conservação dos grandes cenários naturais, a educação das populações no respeito pelo património natural a legar às gerações futuras e a higiene derivada da vida campestre pelo menos em determinados períodos. Estas funções, indiscutivelmente do mais largo alcance moral e científico, não podem ficar englobadas no âmbito especializado dos serviços técnicos. Só em países de reduzida cultura intelectual será possível confundir os dois campos de acção.

Compulsando a acção das classes técnicas no que diz respeito à protecção da natureza nas nossas províncias ultramarinas, bem triste é o que encontramos: a destruição dos imponentes arvoredos das ilhas de S. Tomé e Príncipe, para a ampliação das culturas do cacau e do café, sem que se tenha pensado, ao de leve sequer, na formação de reservas naturais, a destruição dos arvoredos do Maiombe, Cazengo e Amboim para dar lugar às culturas e à exploração de madeiras; a destruição da floresta aberta que cobria áreas vastíssimas, especialmente nos planaltos e hoje largamente dizimadas devido aos fogos, ao avanço das culturas e ao fornecimento de madeira e lenha para os caminhos de ferro e outras explorações florestais; a chacina de animais selvagens no deserto de Moçâmedes; a destruição, tendendo para o extermínio, da fauna selvagem e de grandes trechos de floresta como meio de combate à mosca tsé-tsé.

Estes factos levam-me à conclusão de que a protecção da natureza nas províncias ultramarinas e, de resto, em toda a parte, deve ser entregue exclusivamente a naturalistas e pessoas cultas neste ramo de estudos científicos. Assim se faz em todos os países que têm a protecção da natureza devidamente organizada.

Nalguns países, como, por exemplo, a América do Norte, os serviços de protecção da natureza abrangem os museus de história natural, os jardins botânicos e zoológicos e os lugares históricos. Entre nós, porém, reina ainda o critério de que tudo quanto se refere a plantas é com a Repartição de Agricultura; o que se refere à fauna, com a de Veterinária ou com a Comissão de Caça; o que se refere à geologia, com a de Indústria e Geologia; o que se refere à antropologia, com a dos Negócios Indígenas. Quanto à geologia, está bem, porque aquela Repartição tem feito óptimos trabalhos dessa especialidade, além de que o único museu de história natural de Moçambique — o Museu Dr. Álvaro de Castro — não possui ainda uma secção de geologia.

Conforme o projecto, apresentado pela comissão já referida, da organi-

zação da protecção da natureza em Moçambique, o serviço respectivo resultaria da ampliação das funções da actual Comissão de Caça, a qual seria transformada em Junta de Protecção da Natureza. Essa Junta seria administrada por um conselho científico de sete membros, sendo um o representante do Museu Dr. Álvaro de Castro, um das sociedades científicas, um das sociedades venatórias, dois naturalistas da própria Junta e dois vogais escolhidos pelo Governo da Província de entre as pessoas de maior destaque consagradas ao estudo da história natural e da protecção da natureza.

A Junta compreenderia dois serviços: o das reservas naturais e o da caça e pesca das águas interiores, cada um dos quais chefiado por um naturalista, coadjuvado por naturalistas auxiliares. As reservas naturais ou parques nacionais seriam chefiados por conservadores, tendo como auxiliares guardas europeus e indígenas; a fiscalização da caça e da pesca seria feita por fiscais europeus e auxiliares indígenas. Os museus de história natural de Moçambique ficariam integrados neste serviço.

Assente em bases científicas, a Junta de Protecção da Natureza de Moçambique seria confiada às entidades mais competentes para a dirigirem — os naturalistas —, seguindo-se assim o método adoptado nos países e domínios coloniais estrangeiros. A intromissão dos serviços técnicos na Junta seria pois afastada, tanto mais que esses serviços necessitam de ser fiscalizados no que respeita à protecção da natureza.

Este ramo científico tem progredido de um modo geral em todo o mundo civilizado, embora nuns países mais do que noutros. As depredações do homem no campo das relíquias naturais existem, contudo, por toda a parte, pois que o mau carácter não pode ser totalmente expurgado da humanidade. Por esse motivo, muitas espécies botânicas e zoológicas mais vulneráveis têm sido exterminadas ou correm risco de o serem. Ainda há pouco tempo, num interessante estudo sobre a protecção da fauna na Austrália, o seu autor, Mr. L. Throughton, um distinto cultor desta especialidade científica, citava a extinção de várias espécies zoológicas provocada pelo avanço da colonização daquele vastíssimo país, apesar da acção protectora exercida pelo Governo.

Moçambique devia entrar em estreita colaboração com os Governos da União da África do Sul e das Rodésias no que respeita à protecção da natureza. Duas reservas, pelo menos, atingem as fronteiras desses países: a do Pafúri e a do Save, das quais a primeira limita com o Kruger National Park. Deste modo, seria possível a formação de um parque internacional, à semelhança de outros que existem nas fronteiras da América do Norte com o México e o Canadá. O parque internacional de Kruger-Pafúri seria como que a confirmação das boas relações existentes entre Portugal e a União da África do Sul, além de que Moçambique auferiria a parte das receitas obtidas dos visitantes.

No projecto apresentado pela comissão já citada era proposta a criação de várias reservas naturais além das existentes, mas, para não alongar muito

esta notícia, referir-me-ei somente às actuais numa descrição rápida. Estas reservas são apenas de caça.

*Reserva do Maputo* — Esta reserva, que tem estado praticamente abandonada por falta de pessoal de defesa e conservação, além de ser muito habitada por indígenas, podia constituir uma das mais originais do mundo, visto encontrar-se às portas de uma grande cidade, como é Lourenço Marques. A par do seu valor histórico-natural, a reserva do Maputo podia oferecer grande importância como fonte de receita, dado o elevado número de turistas que todos os anos visitam esta cidade. Infelizmente, não tem sido cuidada e poder-se-á considerar extinta a subespécie de elefante que lá existe e que representa o motivo principal da reserva.

Conforme consta, o elefante é afugentado pelos indígenas para o rio Maputo e, passado este rio, os caçadores abatem-no impiedosamente com o pretexto de que prejudica as culturas. Dentro da própria reserva é de crer que também seja abatido, pois toda a sua área é habitada por indígenas e a fiscalização é praticamente nula. Para ter valor real, esta reserva necessita de ser totalmente liberta de indígenas, os quais seriam distribuídos por outras regiões, pois felizmente terra não falta e até mais apropriada à vida humana do que aquela.

A reserva do Maputo está compreendida entre o rio Maputo, a fronteira do Natal, a baía do Espírito Santo e o Oceano Índico. A praia, que se estende desde a ilha da Inhaca até à Ponta do Ouro (limite do Natal), é uma das mais belas de Moçambique e possui excelentes trechos para banhos e repouso.

A área total desta reserva é de 3:200 km<sup>2</sup>, mas podia ficar reduzida à zona compreendida entre o rio Fúti e o mar, ainda assim com 1:200 km<sup>2</sup>. As coordenadas extremas da reserva actual são: 26° 10', 26° 53' S., 32° 30', 32° 59' E. Gr.

Na reserva do Maputo há numerosas lagoas, algumas das quais, como a Piti e a Satine, de grande superfície e muito piscosas, as quais podiam ser aproveitadas para pesca e recreio.

*Reserva do Pafúri* — No que respeita à fauna, a reserva do Pafúri é uma das mais importantes de Moçambique. Os seus limites são o rio Limpopo, o seu afluente Massingir e a fronteira do Transval. Confina por oeste com o Kruger National Park.

A região do Pafúri é pobre de chuvas, com grandes amplitudes diárias de temperatura, isto é, muito quente de dia e muito fria de noite. A flora desta região é típica dos climas secos, abundante de formas espinhosas e succulentas e de comunidades de *Gopaifera mopane*.

Quanto às espécies zoológicas, são as mesmas do Kruger Park: entre as mais comuns contam-se o elefante, leão, leopardo, gazela, palapala, elândi, búfalo, chacal, macacos diversos, avestruz e girafa. As duas últimas espécies encontram-se em via de desaparecimento nesta região.

A reserva do Pafúri não possui pessoal privativo de defesa e conservação, além de que é habitada por muitos indígenas.

O acesso à reserva do Pafúri pode ser tomado de Lourenço Marques, seguindo a estrada ou o caminho de ferro do Limpopo.

*Reserva do Save* — É a mais vasta de Moçambique e uma das mais vastas de toda a África. Ocupa uma região quase desabitada na sua maior parte, de fraca queda pluviométrica e grandes amplitudes de temperatura: os solos são quase exclusivamente arenosos, salvo nas baixas dos rios e nas grandes planícies, em que predominam as aluviões humíferas. As coordenadas extremas desta reserva são os paralelos 21° e 23° S. e os meridianos 31° 10' e 31° 30' E. Gr. Pelo lado sul confina com a reserva do Pafúri.

O rio Save atravessa esta reserva na parte norte, desde a fronteira até à costa. Ali ocorrem muitos animais, especialmente mamíferos corpulentos, a fim de se dessedentarem durante a estação seca, pois que a maioria dos afluentes desse extenso rio só têm água corrente durante a estação pluviosa.

O rio Save e, em especial, os seus afluentes possuem portentosas galerias florestais que, só por si, dão grande valor botânico a esta reserva.

A população humana que habita esta reserva, embora relativamente escassa, luta com a falta de água e, por esse motivo, a sua higiene é nula. Na estação seca utiliza a água acumulada nos baobás durante as chuvas, a qual é pouca para as suas necessidades. Muitas vezes os indígenas matam a sede com o sangue dos mamíferos abatidos! Muito útil seria, portanto, a transferência dessa população para outra região mais habitável, ficando ao mesmo tempo a reserva liberta do seu pior inimigo — o homem.

As principais espécies zoológicas da reserva do Save são as seguintes: elefante, leão, leopardo, búfalo, cudo, elândi, palapala, gondonga, avestruz e niala. Niala é um antílope muito raro que foi pela primeira vez encontrado na Niassalândia.

A reserva do Save pode ser vista de avião: para esse fim existe um aeródromo em Massangena, no centro da sua área. O acesso é pela povoação do Pafúri, mas também pode ser pelo Transval, pela Rodésia do Sul ou por Vilanculos, povoação do litoral. Vilanculos possui boa praia que os sul-africanos já frequentam, de modo que os banhistas podiam ser, sem dificuldade, visitantes da reserva.

*Parque Nacional de Caça da Gorongosa* — O nome deste parque deriva das montanhas da Gorongosa, situadas fora da sua área, um pouco mais ao norte. É a mais importante reserva de caça de Moçambique e uma das mais afamadas da África devido à abundância e variedade da fauna.

Proclamada em 1921, com uma superfície de 1:200 km<sup>2</sup> compreendidos entre o rio Púnguê e os seus afluentes Urema e Inhandué, a sua superfície era aumentada em 1935 para 3:300 km<sup>2</sup>. A sua designação como parque data de 1948. Nessa ocasião foi dotada de pessoal privativo, aeródromo e alojamentos para os visitantes.

Na área desta reserva habitam muitos indígenas, o que diminui muito o seu valor como reserva natural.

As coordenadas extremas do Parque da Gorongosa são os paralelos 18° 28' 30" e 19° 24' 53" S. e os meridianos 34° 35' 47" e 34° 04' 30" E. Gr.

Este parque é formado essencialmente de planícies, denominadas *tandós*, revestidas de vegetação herbácea, nas quais pastam muitos ruminantes selvagens, e de manchas de floresta dispersas, onde os animais se abrigam. A sua maior altitude é de 600 m (monte Tcequira). Existem também algumas colinas com linhas de água, bem como lagoas que os hipopótamos habitam em grande número. Há também grande abundância e variedade de aves.

As espécies zoológicas mais comuns deste parque são as seguintes:

**Mamíferos:** leão (*Felis leo*), leopardo (*Felis pardus*), gato serval (*Felis serval*), gato selvagem (*Felis ocreata caffra*), lince (*Felis caracal*), civeta (*Civetta civetta*), geneta ou «small spotted geneta» (*Genetta ludia*), hiena (*Crocuta crocuta*), chacal (*Thos mesomelas*), raposa (*Vulpes chama*), chita (*Aciony jubatus*), lobo africano (*Lycan pictus*), macacos (*Cercopithecus labiatus albogularis*, *Papio porcarius*), elândi (*Taurotragus oryx*), búfalo (*Syn-cerus caffer*), hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), zebra (*Equus — hippotigris burchelli*), rinoceronte preto (*Diceros bicornis*), elefante (*Loxodonta africana*), porco-espinho (*Histryx africanus australis*), palapala (*Hippotragus niger*), impala (*Aepyceros melampus*), gondonga (*Alcephalus lichteinsteini*), tsetsebe (*Damaliscus lunatus*), cobo (*Cobus ellipsiprymnus*), «red pig» (*Potamochoerus choeropotamus*), gazela (*Cervicapra arundinum*), sengo (*Redunca fulvorufula fulvorufula*), gnu (*Gonnochaetes gnu*), hara (*Lepus capensis*).

**Aves:** Pelicanos (*Pelecanus risous*), pato da Zambézia (*Plectropterus gambensis*), galinha de mato de poupa (*Numida mitrata coronata*), perdiz africana e perdiz cinzenta (*Pterocles bicinctus* e *P. variegatus*), pato egípcio (*Alopochen aegyptiacus*), codorniz (*Turni sylvatica*).

**Répteis:** Crocodilo (*Crocodilus niloticus*), lagartos diversos.

O acesso a este parque faz-se pela cidade da Beira, cuja distância até Vila Machado, junto do parque, é de 141 km. A distância desta povoação à Rodésia do Sul é de 211 km e à Rodésia do Norte de 707 km.

**Reserva do Alto Molócuê** — É também uma reserva importante não só pela abundância e variedade da fauna como por estar situada numa região onde a colonização portuguesa é muito antiga, tendendo por isso ao extermínio da fauna e de muitas relíquias botânicas.

A Zambézia foi uma região riquíssima de fauna selvagem e ainda é relativamente rica. As grandes manadas de búfalos, antílopes e elefantes são agora raras. No entanto ainda são abundantes o leão, o leopardo, o elefante e os grandes ruminantes, embora bastante dispersos. O rinoceronte aparece

ainda na região do Derre, manadas de búfalos e de elefantes vagueiam por alguns pontos das terras da Morrumbala, o leão e o leopardo são comuns nas terras de Mocuba e Mugeba.

A reserva do Alto Molócuê foi constituída há uns vinte anos, sendo conhecida também como reserva de Murrua, nome do local em que está situada.

A fauna desta reserva é semelhante à da Gorongosa.

*Reserva de Mecula* — A região de Mecula é uma das mais ricas de Moçambique em ruminantes selvagens. Todo o território do Niassa foi outrora muito rico de fauna, mas, nos últimos anos, com o avanço da cultura do algodão, que implica a destruição anualmente de largas superfícies de floresta climática que servia de abrigo aos animais e a caça intensiva, de extermínio, dos ruminantes selvagens principalmente, tem reduzido muito a fauna. A continuar assim, dentro de poucos anos a fauna, pelo menos de ruminantes e felídeos, terá desaparecido totalmente. A função da reserva de Mecula é pois da mais alta importância como relíquia da vida natural do norte de Moçambique.

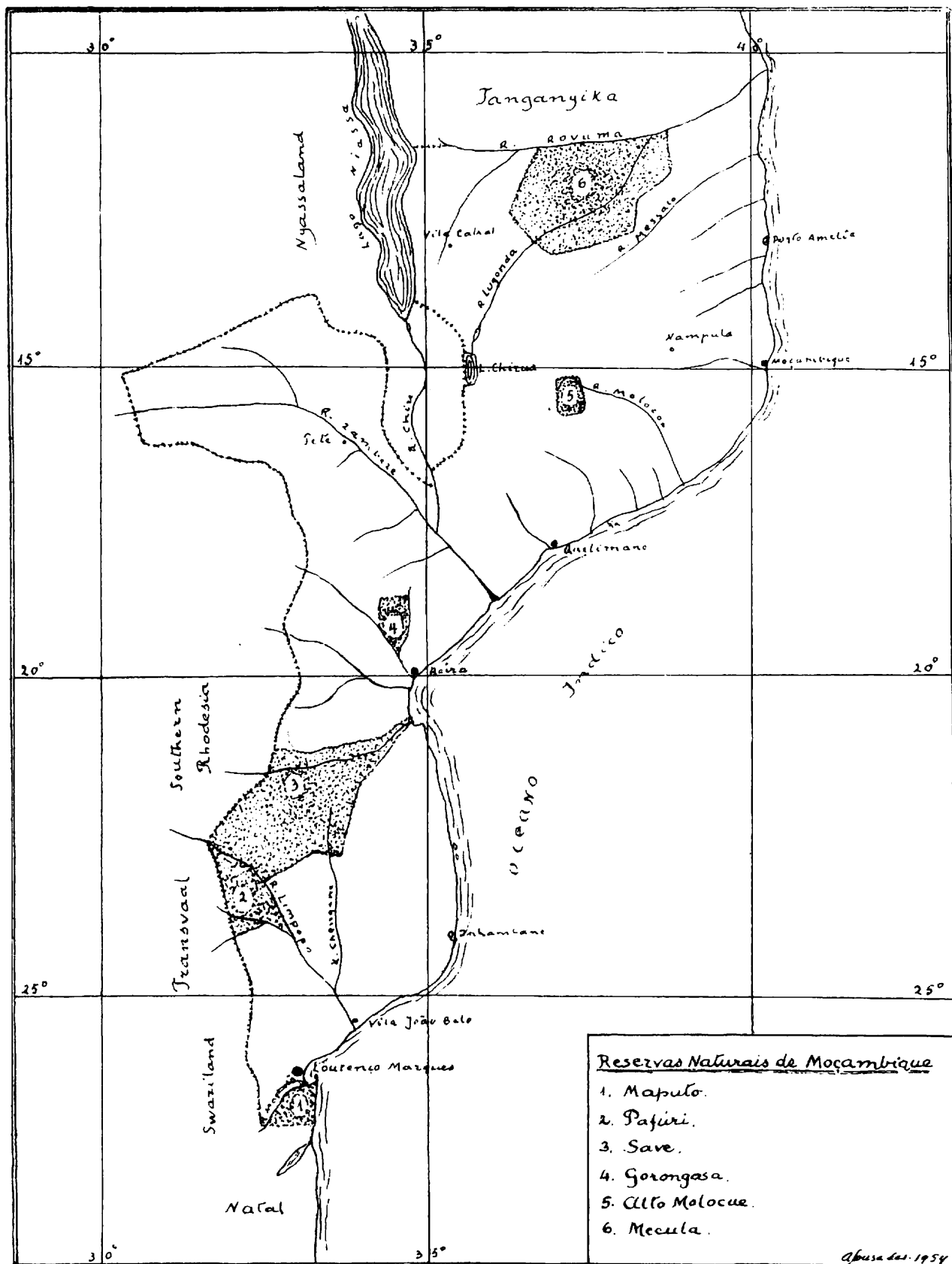
As coordenadas extremas da reserva de Mecula são os paralelos 11° e 14° S. e os meridianos 36° 30' e 39° 30' E. Gr. A superfície total da reserva é de cerca de 20:000 km<sup>2</sup>.

O limite norte da reserva de Mecula é o rio Rovuma. Um afluente deste rio, o Lugenda, que atravessa a reserva, cujas margens são hoje fracamente habitadas, foi o eixo de uma região de densa população, conforme referem Humboldt e Livingstone.

A fauna desta reserva consta dos mamíferos comuns às outras reservas, incluindo a zebra e a girafa.

O acesso à reserva de Mecula faz-se por Porto Amélia, que dista 120 km do seu limite leste.





# MEMÓRIAS

DO

# Museu Dr. Álvaro de Castro

N.º 3

## SUMÁRIO

NEW SPECIES AND NEW RECORDS OF FISHES FROM MOÇAMBIQUE, by Professor J. L. B. Smith.

RESERVAS NATURAIS DE MOÇAMBIQUE, pelo Engenheiro A. Gomes e Sousa.

SOBRE ALGUNS TABANÍDEOS DE MOÇAMBIQUE NOVOS OU INSUFICIENTEMENTE CONHECIDOS, pelos Drs. J. A. Travassos Santos Dias e J. de Sousa Júnior.

CATÁLOGO DOS ESCARABÍDEOS EXISTENTES NO MUSEU DR. ÁLVARO DE CASTRO, pela Dr.ª Maria Corinta Ferreira.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORNITOLOGIA DO SUL DO SAVE (MOÇAMBIQUE), II PARTE, pelo Dr. António A. da Rosa Pinto e Donald W. Lamm.

CONTRIBUTION TO THE STUDY OF THE ORNITHOLOGY OF SUL DO SAVE (MOZAMBIQUE), II PART, by Dr. António A. da Rosa Pinto and Donald W. Lamm.

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE  
LOURENÇO MARQUES — 1955

